

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG
Lajeado/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-90

ATIVO	31/12/2019		31/12/2018		PASSIVO	31/12/2019		31/12/2018	
CIRCULANTE	609.313	648.581	CIRCULANTE	272.223	231.099				
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	12.114	9.034	DEPÓSITOS (NOTA 12)	205.152	167.150				
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	30.231	4.018	Depósitos à Vista	136.407	113.117				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.231	4.018	Depósitos Interfinanceiros	7.199	-				
			Depósitos a Prazo	61.546	54.033				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	160.093	128.107	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	18.433	22.617				
Carteira Própria	160.093	128.107	Repasses Interfinanceiros	18.433	22.617				
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	151.165	291.508	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	3.653	2.748				
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	-	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.653	2.748				
Contingências no País	43	-							
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	151.122	291.508	OUTRAS OBRIGAÇÕES	44.985	38.584				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	223.138	188.759	Cobrança e Arrecadação de Tributos	175	127				
Operações de Crédito	233.035	196.329	Sociais e Estatutárias	9.413	7.691				
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.897)	(7.570)	Fiscais e Previdenciárias	2.811	1.943				
			Diversas (NOTA 14)	33.086	28.823				
OUTROS CRÉDITOS	29.364	24.215							
Créditos por Avals e Fianças Homradas	179	213							
Rendas a Receber	1.199	1.178							
Diversos (NOTA 08)	28.381	23.259							
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(395)	(455)							
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	3.208	2.940							
Outros Valores e Bens	2.855	2.623							
(Provisão para desvalorização)	-	(2)							
Despesas Antecipadas	349	319							
NÃO CIRCULANTE	390.339	241.209	NÃO CIRCULANTE	509.756	469.526				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	390.339	241.209	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	509.756	469.526				
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	47.379	12.369	DEPÓSITOS (NOTA 12)	499.454	468.695				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	47.379	12.369	Depósitos Interfinanceiros	6.793	6.793				
			Depósitos a Prazo	499.454	461.902				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	278.044	165.801	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	10.302	831				
Operações de Crédito	292.167	177.149	Repasses Interfinanceiros	10.302	831				
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.123)	(11.348)							
OUTROS CRÉDITOS	490	1.346							
Diversos (NOTA 08)	495	1.360							
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5)	(14)							
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	113	344							
Despesas Antecipadas	113	344							
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	17.311	17.311	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	217.673	189.165				
Outros Investimentos	17.311	17.311	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	42.704	38.235				
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	41.811	38.114	De Domiciliados no País	43.702	38.727				
Imóveis de Uso	26.505	26.505	(Capital a Realizar)	(998)	(342)				
Outras Imobilizações de Uso (Depreciação acumulada)	25.307	19.864	RESERVAS DE SOBRAS	166.997	143.581				
	(10.201)	(8.255)							
INTANGÍVEL (NOTA 11)	5.191	5.924	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.972	7.199				
Outros Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)	12.316	11.761							
	(7.125)	(5.777)							
TOTAL DO ATIVO	999.652	889.790	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	999.652	889.790				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	50.457	-	50.457	97.827	1	97.828	80.475	-	80.475
Operações de Crédito	44.962	-	44.962	86.470	1	86.471	72.613	-	72.613
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	5.495	-	5.495	11.357	-	11.357	7.862	-	7.862
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(20.167)	(76)	(20.243)	(37.675)	(122)	(37.797)	(35.238)	(80)	(35.318)
Operações de Captação no Mercado	(13.376)	(76)	(13.452)	(27.696)	(122)	(27.818)	(28.023)	(80)	(28.103)
Operações de Empréstimos e Repasses	(525)	-	(525)	(1.130)	-	(1.130)	(1.611)	-	(1.611)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.266)	-	(6.266)	(8.849)	-	(8.849)	(5.604)	-	(5.604)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.290	(76)	30.214	60.152	(121)	60.031	45.237	(80)	45.157
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.251)	3.364	(10.887)	(23.915)	6.282	(17.633)	(13.836)	5.255	(8.581)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.507	6.971	11.478	8.720	13.716	22.436	7.865	11.256	19.121
Rendas de Tarifas Bancárias	4.091	-	4.091	7.987	-	7.987	7.232	-	7.232
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.101)	(1.425)	(14.526)	(25.317)	(2.710)	(28.027)	(23.184)	(2.266)	(25.450)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(11.687)	(1.713)	(13.400)	(21.596)	(3.160)	(24.756)	(17.354)	(2.569)	(19.923)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(58)	(343)	(401)	(129)	(676)	(805)	(121)	(555)	(676)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	8.166	340	8.506	18.572	54	18.626	24.157	183	24.340
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(6.169)	(466)	(6.635)	(12.152)	(942)	(13.094)	(12.421)	(794)	(13.215)
RESULTADO OPERACIONAL	16.039	3.288	19.327	36.237	6.161	42.398	31.401	5.175	36.576
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(115)	(13)	(128)	(156)	(4)	(160)	(138)	31	(107)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	15.924	3.275	19.199	36.081	6.157	42.238	31.263	5.206	36.469
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(511)	(511)	-	(1.672)	(1,672)	-	(1,336)	(1,336)
Provisão para Imposto de Renda	-	(302)	(302)	-	(1,023)	(1,023)	-	(776)	(776)
Provisão para Contribuição Social	-	(209)	(209)	-	(649)	(649)	-	(560)	(560)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.721)	-	(2.721)	(5,118)	-	(5,118)	(4,016)	-	(4,016)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13,203	2,764	15,967	30,963	4,485	35,448	27,247	3,870	31,117
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4,485	(4,485)	-	3,870	(3,870)	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-	-	-	-	-	10	-	10
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13,203	2,764	15,967	35,448	-	35,448	31,127	-	31,127
DESTINAÇÕES	-	-	-	(27,476)	-	(27,476)	(23,928)	-	(23,928)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1,828)	-	(1,828)	(1,836)	-	(1,836)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1,594)	-	(1,594)	(1,440)	-	(1,440)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(21,685)	-	(21,685)	(19,581)	-	(19,581)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1,731)	-	(1,731)	(495)	-	(495)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(638)	-	(638)	(576)	-	(576)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7,972	-	7,972	7,199	-	7,199

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG

CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	33.405	123.505	465	5.813	163.188
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(5.737)	(5.737)
Outras destinações	-	-	-	(76)	(76)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.519	-	-	-	4.519
Baixas de capital	(1.354)	-	-	-	(1.354)
Reversões de reservas	-	-	(465)	10	(455)
Resultado do período	-	-	-	31.117	31.117
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.440)	(1.440)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(576)	(576)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.581	-	(19.581)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.815	-	-	(1.836)	(21)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	495	-	(495)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	38.385	143.581	-	7.199	189.165
Mutações do Período	4.980	20.076	(465)	1.386	25.977
Saldos no início do período em 01/01/2019	38.385	143.581	-	7.199	189.165
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(7.127)	(7.127)
Outras destinações	-	-	-	(72)	(72)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.596	-	-	-	4.596
Baixas de capital	(2.074)	-	-	-	(2.074)
Resultado do período	-	-	-	35.448	35.448
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.594)	(1.594)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(638)	(638)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.685	-	(21.685)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.797	-	-	(1.828)	(31)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.731	-	(1.731)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	42.704	166.997	-	7.972	217.673
Mutações do Período	4.319	23.416	-	773	28.508
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	40.247	143.581	-	19.481	203.309
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.806	-	-	-	1.806
Baixas de capital	(1.146)	-	-	-	(1.146)
Resultado do período	-	-	-	15.967	15.967
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.594)	(1.594)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(638)	-
Reserva Legal - Estatutária	-	21.685	-	(21.685)	(638)
Juros sobre o Capital Próprio	1.797	-	-	(1.828)	(31)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.731	-	(1.731)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	42.704	166.997	-	7.972	217.673
Mutações do Período	2.457	23.416	-	11.509	14.364

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	20.688	42.663	37.802
Resultado do semestre/exercício	15.967	35.448	31.117
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.721	7.215	6.685
Provisão para operações de crédito	3.915	5.102	4.107
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(2)	2
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	102	(49)	105
Depreciação do imobilizado de uso	1.506	2.713	2.067
Amortização do intangível	703	1.348	1.206
Baixas do ativo permanente	138	188	139
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	-	(562)	482
Destinações ao FATES	(1.594)	(1.594)	(1.440)
Dividendos SicrediPar	(49)	71	17
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(58.002)	(167.410)	(26.262)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	4.187	(61.223)	(16.387)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(28.015)	(31.986)	(7.796)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.681	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(24)	(43)	14
(Aumento) em operações de crédito	(101.778)	(151.724)	(63.982)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	4.356	5.286	(1.929)
(Aumento) em outros créditos	(4.480)	(4.317)	(3.219)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	286	(34)	(2.206)
Aumento em depósitos	49.249	68.761	66.510
Aumento em relações interdependências passivas	3.124	905	248
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(6.530)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(885)	(1.648)	(1.194)
Aumento em outras obrigações	11.297	8.613	10.209
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(37.314)	(124.747)	11.540
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.118)	(6.598)	(3.427)
Aplicações no Intangível	(185)	(615)	(2.401)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.303)	(7.213)	(5.828)
Integralização de capital	1.806	4.596	4.519
Baixa de capital	(1.145)	(2.074)	(1.354)
Juros ao capital próprio	(31)	(31)	(21)
Distribuição de Sobras	-	(7.199)	(5.813)
Reversões de reservas	-	-	(455)
Outras Destinações	(638)	(638)	(576)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(8)	(5.346)	(3.700)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(40.625)	(137.306)	2.012
Caixa e equivalente de caixa no início do período	203.861	300.542	298.530
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	163.236	163.236	300.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Integração RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/03/1906 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 26 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	12.114	9.034
Caixa	12.114	9.034
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	151.122	291.508
Total	163.236	300.542

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.231	4.018
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	30.027	4.018
DI entre Banco e Cooperativas	204	-
Total circulante	30.231	4.018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	47.379	12.369
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	38.218	12.167
DI entre Banco e Cooperativas	9.161	202
Total não circulante	47.379	12.369

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	160.093	128.107
Total circulante	160.093	128.107

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	168.879	205.122	374.001	279.639
Financiamentos	46.321	81.071	127.392	70.998
Financiamentos rurais e agroindustriais	17.835	5.974	23.809	22.841
Carteira total	233.035	292.167	525.202	373.478

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	179	-	179	213
Devedores por compra de valores e bens	844	490	1.334	2.239
Títulos e créditos a receber (i)	25.633	5	25.638	19.949
Total	26.656	495	27.151	22.401

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	88	-	-
Nível A	0,50	260.250	169.699	1.301	848
Nível B	1,00	179.403	125.312	1.795	1.253
Nível C	3,00	54.877	54.588	1.646	1.640
Nível D	10,00	29.740	21.533	2.974	2.153
Nível E	30,00	7.524	13.441	2.257	4.032
Nível F	50,00	10.998	2.384	5.499	1.192
Nível G	70,00	2.044	1.949	1.431	1.364
Nível H	100,00	7.517	6.885	7.517	6.885
Total (i)		552.353	395.879	24.420	19.367

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.098	39.491	42.249	65.014	148.852	117.421
Rural	36	1.161	16.638	5.974	23.809	22.841
Industrial	30	8.082	11.049	26.561	45.722	40.598
Comércio	710	26.902	42.103	87.026	156.741	86.567
Outros Serviços	1.500	23.609	44.033	108.087	177.229	128.452
Total	4.374	99.245	156.072	292.662	552.353	395.879

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	115.975	21,00	88.629	22,39
50 devedores seguintes	141.970	25,70	97.282	24,57
100 devedores seguintes	65.325	11,83	42.834	10,82
Demais	229.083	41,47	167.134	42,22
Total	552.353	100	395.879	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	19.367	15.155
Constituição de provisão	8.849	5.604
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.796)	(1.392)
Saldo final	24.420	19.367

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.184 (2018 - R\$ 965), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.142 (2018 - R\$ 18.469).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	56	61
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	792	509
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	41
Devedores por compra de valores e bens	844	882
Devedores por depósitos em garantia	598	924
Impostos e contribuições a compensar	36	21
Títulos e créditos a receber (ii)	25.633	19.946
Cotas de consórcio	-	313
Operações com cartões	328	421
Pendências a regularizar	30	38
Outros	64	103
Total Circulante	28.381	23.259

Devedores por compra de valores e bens	490	1.357
Títulos e créditos a receber (ii)	5	3
Total não circulante	495	1.360

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	2.844	2.613
Imóveis	2.713	2.591
Veículos e afins	131	22
Material em estoque	15	10
Despesas antecipadas	349	319
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(2)
Total Circulante	3.208	2.940
Despesas antecipadas	113	344
Total não circulante	113	344

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	9.716	9.716
Sicredi Participações S.A.	7.592	7.592
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	2	2
Total	17.311	17.311

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.462.084 ON 5.129.742 PN	2.462.084 ON 5.129.742 PN	1 Quotas	1 Quotas	9.715.959 Quotas	9.715.959 Quotas
Percentual de participação	0,72%	0,86%	0,62%	0,62%	2,49%	2,53%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	7.592	7.592	1	1	9.716	9.716

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	52.012	(10.201)	41.811	38.114
Imobilizações em curso	-	2.147	-	2.147	2.296
Terrenos	-	4.982	-	4.982	4.982
Edificações	1,65%	21.523	(1.069)	20.454	20.809
Instalações	10%	7.654	(2.333)	5.321	2.485
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.323	(2.697)	5.626	4.741
Sistema de comunicação	10%	200	(113)	87	72
Sistema de processamento de dados	20%	5.328	(3.016)	2.312	1.918
Sistema de segurança	10%	927	(356)	571	543
Sistema de transporte	20%	928	(617)	311	268
Intangível (i)		12.316	(7.125)	5.191	5.924
Investimentos Confederação		12.316	(7.125)	5.191	5.924
Total		64.328	(17.326)	47.002	44.038

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			Total	2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	136.407	-	-	136.407	113.117
Depósitos Interfinanceiros	-	7.199	-	7.199	6.793
Depósitos a prazo	22.060	39.486	499.454	561.000	515.935
Total	158.467	46.685	499.454	704.606	635.845

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	18.433	22.617
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	18.433	22.617
Total circulante	18.433	22.617
Recursos do Crédito Rural	10.302	831
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10.302	831
Total não circulante	10.302	831

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	1.310	1.938
Obrigações por convênios oficiais	6	5
Provisão para pagamentos a efetuar	2.582	2.700
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	356	918
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.635	1.543
Pendências a regularizar	78	84
Operações com cartões	24.424	19.545
Demais fornecedores	1.177	833
Credores diversos	1.518	1.257
Total circulante	33.086	28.823

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	846	-	(565)	281
Cível	71	3	-	74
Tributária	1	1	(1)	1
Total	918	4	(566)	356

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	281	846
Cível	Provável	74	71
Tributária	Provável	1	1
Total		356	918

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 822; R\$ 150; R\$ 203 (2018 - R\$ 530, R\$ 150 e R\$ 203), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	42.704	38.385
Total de associados	52.207	52.119

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.319 (2018 – R\$ 4.980), sendo R\$ 1.797 (2018 – R\$ 1.815) via integralização de resultados e R\$ 4.596 (2018 – R\$ 4.519), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.074 (2018 – R\$ 1.354).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,6% em Conta capital, no montante de R\$ 1.828, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 68% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 2% Fundo Filantrópico.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 25 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	37.120	32.453
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(14.848)	(13.630)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	56	35
Provisão resgate de milhas cartão	46	(63)
Brindes e Doações	(65)	(43)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(20)	75
Receita com atos cooperativos	12.385	11.444
Juros sobre capital próprio	731	771
Lucros e dividendos	19	51
Outros	24	24
Subtotal	13.176	12.294
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.672)	(1.336)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	77.610	16.387
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	160.093	128.107
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	151.122	291.508
Outros Créditos - Rendas a receber	975	921
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	693	527
Investimentos (Nota 10)	17.309	17.309
Intangível (Nota 11)	5.191	5.924
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	7.199	6.793
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	28.735	23.448
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	24.093	19.035
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	7.295	7.862
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	8.343	6.364
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	13.220	19.889
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	25	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	405	-
Operações de Empréstimos e Repasses	1.130	1.611
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.201	2.056
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	6.631	6.467

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	172	0,13%	246
Depósitos a prazo	2.455	0,44%	3.287
Operações de crédito	639	0,12%	737

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.186	3.268

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	946	845
Despesa de aluguéis	1.583	1.255
Despesa de comunicação	982	950
Despesa de manutenção e conservação	1.474	979
Despesa de material	306	214
Despesa processamento dados	497	407
Despesa de promoções e relações públicas	2.793	2.216
Despesa de propaganda e publicidade	858	720
Despesa de seguro	139	112
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.286	1.977
Despesa de serviços de terceiros	607	526
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.081	1.842
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.423	1.500
Despesa de serviços de transportes	796	697
Despesa de viagem	413	127
Despesa de depreciação e amortização	2.713	2.067
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.348	1.206
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.649	1.193
Outras despesas administrativas	1.862	1.098
Total	24.756	19.933

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	595	1.007
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	12.766	19.312
Reversão de provisões operacionais	3.387	2.508
Outras rendas operacionais	1.878	1.513
Total	18.626	24.340

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	901	1.207
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	513	305
Contribuição Confederação Sicredi	5.588	5.585
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	605	644
Encargos da administração financeira	69	128
Repasse administradora de Cartões	246	299
Despesas de Cartões- Processamento, Emissão e Postagem	1.182	1.005
Outras provisões operacionais	2.463	3.089
Outras despesas operacionais	1.109	835
Total	13.094	13.215

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	107.660	93.009
Total	107.660	93.009

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	212.482	183.241
Nível I (NI)	212.482	183.241
Capital principal - CP	212.482	183.241
Capital social	42.704	38.385
Reservas de capital	166.997	143.581
Lucros acumulados	7.972	7.199
Ajustes Prudenciais	(5.191)	(5.924)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	783.479	675.082
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	84	104
Margem de Capital (i)	130.133	112.254
Índice de Basileia (PR / RWA)	27,12%	27,14%
Situação de Imobilização (Imob)	41.815	38.117
Índice de Imobilização (Imob / PR)	19,68%	20,80%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Luiz Mario Leite Berbigier
Diretor Executivo
CPF: 326.830.060-04

Graziela Reis Bogorni
Diretora de Operações
CPF: 622.289.860-20

Giovana Bresciani Matte
Contadora
CRC: RS-73356/O-0
CPF: 930.408.650-72